

## A banalidade do mal

*A história da natureza começa pelo bem, pois é obra de Deus; a história da liberdade começa pelo mal, pois é obra do ser humano. Kant*

O mal sempre foi um problema importante para a Filosofia. Mas como entendê-lo a partir do pensamento reflexivo e crítico? Sobre essa questão, pensadores como Kant, no século XVIII e Hannah Arendt, no século XX, se questionaram sobre formas de mal que até então não havia existido na história da humanidade, seja ele obra de instituições políticas ou mesmo do cidadão que não atenta para a dignidade de seu semelhante. Mas antes do conteúdo filosófico, vejamos alguns versos da canção **Pelo Avesso**, do grupo musical Titãs com, composta por Sérgio Britto, com forte crítica à nossa aceitação passiva à violência de todos os dias.

Vamos deixar que entrem?  
Que invadam o seu lar?  
Pedir que quebrem  
Que acabem com seu bem-estar?  
Vamos pedir que quebrem  
O que eu construí pra mim?  
Que joguem lixo  
Que destruam o meu jardim?

Eu quero o mesmo inferno  
A mesma cela de prisão - a falta de futuro  
Eu quero a mesma humilhação - a falta de futuro

Vamos deixar que entrem  
Como uma interrogação?  
Até os inocentes  
Aqui já não tem perdão  
Vamos pedir que quebrem?  
Destruir qualquer certeza  
Até o que é mesmo belo  
Aqui já não tem beleza  
Vamos deixar que entrem?  
E fiquem com o que você tem?  
Até o que é de todos  
Já não é de ninguém

### A doutrina do mal radical

A doutrina kantiana do mal radical apareceu, em 1793, e tornou-se um dos fundamentos da religião e da moral kantianas, moral que não encontra seu fundamento na religião, mas que, ao contrário, pode fundar e justificar uma religião. Essa doutrina apresenta, já no título, uma demanda polêmica e quer sujeitar à razão, o máximo atributo humano, todos os campos da ciência e também da fé. Foi apenas com a experiência das guerras do século XX que a teoria do mal radical deixou de escandalizar os filósofos e teólogos.

Para o reformador Martin Lutero, o ser humano é egoísta; é como um galho que se curva sobre si mesmo retornando a seu ponto de origem. Como o mal, a curvatura é radical, mas não definitiva, desde que homens e mulheres se endireitem quanto joga das paixões.

Para Kant, o ser humano também é curvo por natureza, mas pode ser recuperado através da sociabilidade. Para ele, o escândalo do mal está nos limites da razão e, com isso, rompe com a tradição filosófica ocidental que definia o mal como negatividade ou ausência de bem (Agostinho, Leibniz). Kant afirma que o mal, assim como o vício, não é

apenas ausência do bem, mas deve ser pensado como originário da nossa própria vontade - o mal já não é mais ausência, mas oposição real, algo ligado à liberdade do ser humano.

### **Os quatro pontos fundamentais**

Para responder o que é a essência do mal radical, Kant apóia seu argumento em quatro pontos fundamentais. São eles: a disposição original para o bem na natureza humana, a propensão para o mal na natureza humana, o ser humano é mau por natureza e a origem do mal na natureza humana.

Kant parte da afirmação de uma **disposição original para o bem** na natureza humana: Disposição original significa, aqui, predisposição primeira, de origem anterior, ou melhor dizendo, no início de sua história o ser humano era bom, tendia para o bem. Original porque pertence, necessariamente, à possibilidade da natureza humana.

Na **propensão para o mal** na natureza humana, Kant nos esclarece que ela é resultado da liberdade, ou seja, é uma propensão **moral** e não uma propensão física fundada sobre impulsões sensíveis, pois, o que é moralmente mau, o mal que é imputável a homens e mulheres, diz respeito às suas próprias ações. Por "propensão" Kant entende "o fundamento subjetivo da possibilidade de uma inclinação (apetite habitual, concupiscência) enquanto contingente para a humanidade em geral".

Para poder afirmar que **o ser humano é mau por natureza** é necessário conhecer não somente seus atos, mas a decisão inteligível que os adota. O mal moral não está, pois, no ato, mas no agente, mais precisamente na sua intenção. Toda intenção é, para Kant, qualificável do ponto de vista moral. Ao admitir que o ser humano, mesmo tendo consciência da lei moral, aceita máximas que, ocasionalmente, o desviam dela, Kant lembra: O ser humano é mau por natureza. Isso quer dizer que o gênero humano é dominado pela maldade. O mal radical é universal, é inerente à natureza humana, contudo tem seus limites.

Ao tratar do quarto ponto, da **origem do mal na natureza humana**, Kant recusa, logo de início, a solução que considera o mal como uma doença hereditária ou uma dívida transmitida pelos pais (pecado original). Kant busca, então, a origem racional de uma ação má no uso originário do arbítrio humano. Não se trata, pois, de buscar a origem temporal de uma ação má, mas apenas a sua origem racional, para determinar o fundamento subjetivo universal, que nos leva a admitir uma transgressão em nossa máxima e, se possível, para explicar, segundo essa origem racional, esse fundamento. Daí a célebre frase de Kant: "A história da natureza começa pelo bem, pois é a obra de Deus; a história da liberdade começa pelo mal, pois é obra do ser humano."

O ensaio sobre o mal radical termina por um apelo à conversão ao tratar do restabelecimento da disposição original para o bem em sua força. Para Kant, o ser humano deve superar o estado do mal, e esse dever é concretizado como um dever de todos e não apenas pelo esforço de um indivíduo. Sem o esforço do gênero humano não existe uma autêntica possibilidade de superação do mal.

### **O mal radical e a política**

É necessário levantar, ainda, uma questão importante no que diz respeito ao mal radical, quando o consideramos dentro de uma abordagem política. Como situação-limite, ele está sempre atrelado à história da humanidade e constitui risco maior se considerado na possibilidade de sua dinâmica de expansão, quando pode ser transformado em autêntica realidade social. Ora, esse risco, sempre presente, culmina quando o ser humano, no seu desejo de realização total, perverte esse desejo e se lança ao totalitarismo. Conforme Paul Ricoeur:

"O verdadeiro mal, o mal do mal, se mostra com as falsas sínteses, isto é, com as falsificações contemporâneas das grandes empresas de totalização da experiência cultural, nas instituições políticas e eclesiais. É, então, que o mal mostra seu verdadeiro rosto, o mal do mal sendo a mentira das sínteses prematuras, das totalizações violentas?"

Nessa perspectiva o mal aparece como perversão inerente à problemática da realização e da totalização. Em outras palavras, o verdadeiro mal radical aparece somente no Estado e na Igreja, enquanto instituições de reunião, de recapitulação, de totalização. Dentro dessa interpretação, a doutrina do mal radical pode oferecer uma estrutura de acolhimento a novas figuras de alienação, distintas da ilusão especulativa ou do desejo de consolo. A alienação dos poderes culturais, tais como a Igreja e o Estado, pode favorecer, no centro de seus poderes, ao acontecimento de uma expressão falsificada de síntese.

A teoria do mal radical culmina, não com as transgressões, mas com as sínteses frustradas da esfera política e religiosa. É aí, exatamente, que estão a pertinência e atualidade deste conceito kantiano que, lançado dentro de um contexto de preocupação essencialmente moral e religiosa, toma novas formas e se atualiza numa abordagem política.

Para se pensar o surgimento de fenômenos históricos inteiramente novos que revelaram formas inéditas de violência política, o conceito de mal radical pode abarcar as novas modalidades do mal que aparecem no totalitarismo. Depois de apoiar-nos no conceito de mal radical, passaremos a tratar agora do mal no pensamento político de Hannah Arendt, no qual é considerado dentro do quadro do totalitarismo.

### **Hannah Arendt e a banalidade do mal**

Para Ricoeur, o que fornece o caráter enigmático ao mal, pelo menos na tradição judaico-cristã do Ocidente, é a nossa tendência de colocar, num mesmo plano, fenômenos díspares como pecado, sofrimento e morte. Diferentemente, vamos abordá-lo dentro da perspectiva ética e política, pois, sendo o mal, nessa perspectiva, sinônimo de violência, combatê-lo, por meio da ação ética e política, é diminuí-lo no mundo.

A experiência política do século XX revelou o surgimento de uma nova modalidade de mal até então desconhecida. A emergência do fenômeno totalitário obrigou-nos a reavaliar a ação humana e a história, na medida em que esta revelou novas figurações do ser humano, inclusive em algumas de suas formas monstruosas. É, precisamente, no contexto da reflexão sobre a experiência das sociedades totalitárias do séc. XX que Hannah Arendt retoma a questão do mal na filosofia.

Hannah Arendt segue a trilha aberta por Kant, apoiando-se no conceito de mal radical em sua investigação acerca do surgimento dessa nova forma de violência e do seu alastramento e plena realização enquanto realidade política. O fio condutor de seu pensamento é a indagação sobre o mal radical, sobretudo na sua dimensão ética e política. O pano de fundo é o totalitarismo, visto como um paradigma da destruição do político. Sobre isso, Hannah Arendt diz:

Pode-se dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema, no qual todos os homens se tornaram supérfluos. Os que manipulam esse sistema acreditam na própria superfluidade tanto quanto na de todos os outros, e os assassinos totalitários são os mais perigosos, porque não se importam se estão vivos ou mortos; se jamais viveram ou se nunca nasceram.

Na sua concepção, o surgimento dessa nova modalidade de mal tem, como meta, não o domínio despótico dos homens, mas sim, um sistema em que todos os homens sejam supérfluos. O primeiro passo essencial no caminho desse domínio total é a destruição da pessoa jurídica do ser humano. O passo seguinte é a anulação da individualidade e da espontaneidade, de forma que seja eliminada a capacidade humana de iniciar algo novo com seus próprios recursos. O objetivo dessa destruição é a transformação da pessoa humana em coisa.

Este risco sobrevive à queda dos estados totalitários, até porque as experiências ditatoriais e golpistas persistem, aliadas aos instrumentos legais repressivos. Nas sociedades burocráticas modernas, os acontecimentos jurídicos, políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram, silenciosamente, com os instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos.

Hannah Arendt mostra-nos que o modelo do "cidadão" das sociedades burocráticas modernas é o ser humano que atua sob ordens, que obedece cegamente e é incapaz de pensar por si mesmo, pois essa supremacia da obediência pressupõe a abolição da espontaneidade do pensamento. E nessa ausência de pensamento, nessa expressão humana opaca, nessa rarefação das consciências aparece a tragédia, batizada por Hannah Arendt de a "banalidade do mal".

Para Hannah Arendt, o mal radical, que apareceu no totalitarismo, transcende os limites do que foi definido por Kant, pois trata-se de "uma nova espécie de agir humano", uma forma de violência que "vai além dos limites da própria solidariedade do pecado humano", de "um mal absoluto porque não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis". O fenômeno totalitário revelou que não existem limites às deformações da natureza humana e que a organização burocrática de massas, baseada no terror e nas ideologias, criou novas formas de governo e dominação, cuja perversidade não se pode medir. Segundo Hannah Arendt,

"(...) nossa tradição filosófica não pode conceber um "mal radical" como também a teologia cristã que concedeu ao diabo uma origem celestial. Somente Kant, o único filósofo que, pela denominação que lhe deu, ao menos deve ter suscitado de que esse mal existia, embora logo o racionalizasse no conceito de "vontade pervertida" que poderia ser explicada por motivos compreensíveis."

Para ela, quando queremos explicar o fenômeno totalitário, não contamos com apoio para compreender um fenômeno que se apresenta e que contraria todas as normas que conhecemos. Hannah Arendt explica que o verdadeiro mal radical surgiu em um sistema onde todos os homens se tornaram "supérfluos", isto é, eles se tornaram meios. E essa "superfluidade" atingiu tanto os que foram manipulados quanto os manipuladores e "os assassinos totalitários são os mais perigosos, porque não se importam se estão vivos ou mortos, se jamais viveram ou se nunca nasceram". Essa nova modalidade de mal radical aparecerá toda vez que o ser humano for transformado em "supérfluo".

De 1947 a 1951, período em que transcorreu o trabalho de pesquisa, elaboração e publicação de *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt choca-se com os acontecimentos políticos do momento, os horrores da guerra e do holocausto, e tenta encontrar explicações no nível moral, dentro da filosofia, para esses fatos. Doze anos depois, em 1963, ao assistir ao julgamento em Jerusalém de Adolf Eichmann, um carrasco-burocrata do regime nazista alemão, e publicar o seu relato sobre a banalidade do mal, sua reflexão acerca de tal fenômeno já tinha sofrido uma mudança decisiva.

Após ter sido seqüestrado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense, o nazista é conduzido então à Jerusalém. Durante o julgamento, a figura discreta de Eichmann discrepava dos crimes de que estava sendo acusado, e pelos quais assumia

relativa responsabilidade. Antes de ir para o julgamento de Eichmann, Hannah Arendt presumia que iria encontrar um ser humano, no mínimo perverso ou até mesmo um monstro ou um exemplar de malignidade humana, como fazia crer a mídia na época.

Mas, além de sua expectativa frustrar-se, esse confronto revelou um ser humano desprovido de qualquer grandeza maléfica ou qualquer característica peculiar que o diferenciasse dos demais, a não ser o que ela denominou de um "vazio de pensamento". É exatamente a partir dessa experiência de perplexidade e espanto que se dá o percurso do pensamento arendtiano, da formulação da idéia de banalidade do mal à de vazio de pensamento.

Eichmann não era um monstro, mas um ser humano com extremo grau de heteronomia, um indivíduo que era um produto típico do Estado totalitário. Ao contrário de muitos que viam em Eichmann a personificação do mal, Arendt viu nele uma **figura banal**. Para ela, são as pessoas banais que se omitem ou fazem as piores atrocidades. O mal não é sedutor nem monstruoso, como a mitologia pinta, mas banal, comum, ordinário. Eichmann não era um pivô, uma parte fundamental, mas apenas uma peça na engrenagem nazista, produto de um Estado totalitário que age como sistema de destruição: matou crianças, mães, pais, jovens, idosos, sem questionar se aquilo, realmente, era ou não um mal.

A "questão originária sofre aí um deslocamento radical: não se trata de explicar o fenômeno focando-se na questão moral ou na antropológica, mas sim de compreender, num enfoque político, como um Estado pode ser capaz de produzir agentes heterônomos que funcionam, tão eficientemente, como agentes reprodutores de seus objetivos. O problema do mal passa, então, a ser questionado dentro de sua dimensão política, numa visão original que é a da sua "banalidade". Com isso, ocorre uma ampliação do pensamento político de Hannah Arendt.

Podemos, a partir dessa visão, nos questionarmos sobre a banalidade do mal na democracia no quadro político contemporâneo em seus diversos aparatos repressores como a corrupção, o clientelismo, a fisiologia, o uso da máquina pública, a cooptação das forças do judiciário, etc. Medicamentos que não chegam a países pobres ou regiões carentes, instalações hospitalares deficientes, torturas, extermínio de moradores de rua ou de criminosos nas periferias são exemplos da banalização da violência no mundo moderno. Expressões como "estamos nos acostumando à violência" demonstram esse quadro.

Durante o nazismo, o povo alemão matou e deixou morrer "por não saber o que acontecia". Os judeus foram mortos, mas também deixaram morrer, porque muitos não se revoltaram, não reagiram. Arendt aponta então para uma dimensão terrível do mal, porque ele não está apenas nos **grandes** assassinatos da história, nos vilões, mas em todas as pessoas que não se comprometem com a vida. Enfim, em todas as pessoas que matam ou deixam morrer. Como no caso da apatia de muitos brancos de bom senso nos Estados Unidos que se calavam ante a opressão e violência contra os negros que lutavam por seus direitos, como bem frisou o ativista Martin Luther King Jr.

A História registrará que a maior tragédia deste período de transição social não são as palavras e as ações violentas das pessoas más, mas o silêncio e a indiferença das pessoas boas. Nossa geração não se arrependerá apenas de palavras e atos dos filhos das trevas, mas também do medo e da apatia dos filhos da luz.

Arendt resgata o papel de agente transformador da história dos indivíduos, em outras palavras, do agente político. Logo, há uma banalidade do mal na inércia política: muitos políticos envolvidos em corrupção e até acusados de crimes hediondos (assassinatos,

torturas, seqüestros, pedofilia, etc.) continuam a ganhar eleições – votar sem avaliar ou desconfiar, dar o voto a gente suspeita é participar da banalidade do mal.

Não se importar com recém-nascidos que morrem por descaso do poder público nos hospitais e maternidades, com uma série de violências que o Estado promove contra a dignidade da vida humana em recorrentes situações pelo país afora (alagamentos, deslizamento de encostas, penitenciárias superlotadas, rodovias e aeroportos sem a devida infraestrutura, embarcações e instalações não fiscalizadas, etc, etc,.. – é também tornar-se banal. Eis aí a banalização da violência em nossos dias. **Você se importa?**

## Vocabulário

**Alienação:** Estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si ou se vê privado de seus direitos fundamentais. Tanto em Marx quanto em Hegel, alienação está ligada ao trabalho. Para Hegel, o trabalho é a essência do ser humano, por meio dele realiza suas habilidades em produções materiais. Para Marx, tem um sentido negativo em que o trabalho, ao invés de realizar o ser humano, o escraviza; ao invés de humanizá-lo, o desumaniza.

**Heteronomia:** Conceito criado por Kant, significa as leis que recebemos. Ao contrário de autonomia, consiste na sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade. Conceito básico relacionado ao Estado de Direito, em que todos devem se submeter à vontade da lei.

**Totalitarismo:** Regime político baseado na extensão do poder do Estado a todos os níveis e aspectos da sociedade (Estado Total). São paradigmas na história os regimes totalitários de Adolf Hitler e Josef Stalin, respectivamente na Alemanha e na União Soviética.

## Referências

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, Tradução: José Rubens Siqueira.

BRITTO, Sérgio. Pelo avesso. Álbum Como vocês estão? Titãs. São Paulo, BMG, 2003.

MARCONDES, D. JAPIASSÚ, H. Dicionário Básico de Filosofia. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

MARTINS, Adilton & MICELI, Paulo. Filosofia: estudo e ensino. Em SEE. Caderno do professor: filosofia. SEE, 2008.

SOUKI, Nádía. O mal radical como ponto de partida. Disponível em <http://leonildoc.orgfree.com/curso/arendt2.htm>